

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

ACESSO E PERMANÊNCIA NA UFES: ASPECTOS DA CONTRARREFORMA DA EDUCAÇÃO NA PNAES E OS IMPACTOS PARA A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL.

MÔNICA PAULINO DE LANES¹

KARLA MARIA GOMES BIACHINI DE MOURA²

EMANOELE DASSIE FERREIRA³

SABRINA SABINO FITARONI⁴

TAMIRES DA SILVA PINTO⁵

RESUMO

Analisa impactos da inefetividade da política de acesso e permanência à Universidade, em particular no curso de Serviço Social da UFES recentemente. Realizamos pesquisa de revisão bibliográfica e dados coletados pelo Serviço Social da Propaes da instituição e enquetes produzidas pelo Colegiado do curso. Resultados apontam relevantes impactos da contrarreforma da educação na formação profissional.

Palavras-chaves: Educação; Política Nacional de Assistência estudantil; Permanência; Formação profissional; Serviço Social.

ABSTRACT

Analyzes the impacts of the ineffectiveness of the university's access and permanence policy, in particular the recent UFES Social Service course. We carry out bibliographical review research and collected data for the Social Service of the Institution's Propaes and enquetes produced by the Collegiate of the course. Results show relevant impacts of the counter-reform of education in professional training.

¹ Universidade Federal do Espírito Santo

² Universidade Federal do Espírito Santo

³ Universidade Federal do Espírito Santo

⁴ Universidade Federal do Espírito Santo

⁵ Universidade Federal do Espírito Santo

Keywords: Education; National Student Assistance Policy; Permanence; Professional training; Social Service.

Introdução

Em 2023 o Código de Ética do Serviço Social e a Lei que regulamenta a profissão completaram 30 anos, instrumentos que marcam a ruptura da profissão com o conservadorismo e a viragem na direção política de defesa dos interesses da classe trabalhadora, e do entendimento da profissão como trabalho, inserido na divisão social e técnica do trabalho, logo também se reconhecendo como parte da classe trabalhadora. Tal movimento exigiu a compreensão de que a profissão é determinada pelas tensões entre as classes que lhe atribuem uma dimensão contraditória, uma vez que o trabalho profissional atende a interesses contraditórios das classes sociais, simultaneamente. Fato que explicita a disputa de projetos profissionais, que se vinculam a projetos sociais, em disputa, logo a dimensão política da profissão (Iamamoto; Carvalho, 2008).

Desde então a profissão tem se consolidado e avançado na sustentação desse direcionamento. Tal movimento é assegurado através da legislação e normativas profissionais produzidas pelo conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS, da ampliação da produção e publicação científica sobre a profissão e da inserção e ampliação do Serviço Social nos cursos de graduação e pós-graduação. Assegurar uma formação de qualidade é central na defesa desse direcionamento teórico-metodológico e ético-político da profissão. Por esta razão, compreendemos que é essencial pesquisar e debater sobre como tem se dado a formação profissional na atualidade.

O contexto de contrarreforma da educação superior pública brasileira e das políticas de assistência estudantil nas universidades, resultantes do processo de acumulação capitalista, em crise (Braz, 2016), se voltam para uma política repleta de condicionalidades direcionada pela lógica mercadológica de alto desempenho e eficiência dos estudantes, expressando uma vertente extremamente focalizada e escassa que não garante, de fato, a sua permanência (Araújo, 2019), impactando diretamente no Projeto Ético-Político do Serviço Social que se encontra em disputa, como já apontado acima.

Na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), a Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES é implementada pela Pró-reitora de Políticas Afirmativas e Assistência

Estudantil – PROPAES, que busca reunir um conjunto de ações que proporcionam ao estudante de graduação presencial condições que favoreçam a sua permanência na Universidade e a conclusão do curso superior com qualidade e sem retenção ou evasão. Para tal busca assegurar direitos essenciais de alimentação, moradia, transporte, cultura e esporte. No entanto, a trajetória da política de educação, atravessada pela particularidade da formação social brasileira é marcada pelo cenário contemporâneo de desmonte das políticas sociais (Martins, 2012).

Este artigo, que pretende contribuir para a análise da formação profissional na atualidade, buscando uma interface com a política social de assistência estudantil, tem por objetivo analisar os impactos da inefetividade das políticas de acesso e permanência para a formação profissional em Serviço Social da UFES na atualidade. A pesquisa surgiu da necessidade colocada na realidade cotidiana na Coordenação do Curso, bem como na gestão do Conselho Regional de Serviço Social, onde tais questões se materializam de diversas formas.

Para atendermos ao objetivo proposto utilizamos os seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica, para análise das categorias pertinentes ao tema (formação e trabalho profissional; mercantilização e contrarreforma do ensino superior; o acesso e permanência na educação superior). Utilizamos ainda dados que foram coletados pelos profissionais do Serviço Social que atuam na Propaes/UFES (“Perfil dos discentes de Serviço Social da UFES”, realizado em 2022); dados produzidos pelo Colegiado e NDE (Núcleo Docente Estruturante) do curso de Serviço Social em 2023 através de enquetes junto ao corpo discente; dados sobre as políticas de acesso e permanência na UFES.

O artigo⁶ está dividido em 02 tópicos: 1) Fundamentos do Serviço Social e formação profissional: perfil discente e os desafios na defesa do projeto profissional, onde debateremos as categorias centrais ao debate; 2) Impactos da contrarreforma da Educação na UFES: entre avanços no acesso e a não permanência. Neste tópico analisaremos mais especificamente a PNAES, os serviços prestados na Universidade e apresentaremos o perfil do corpo discente. O artigo expressa uma primeira aproximação com essas questões e dados e não conclusões acabadas, demandando outras aproximações e aprofundamentos futuros.

⁶ O artigo recebeu apoio do Projeto Institucional de Apoio Acadêmico da Pró-reitoria de Graduação da instituição a que se vinculam as pesquisadoras – edital 042/2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

1- Fundamentos do Serviço Social e formação profissional: perfil discente e os desafios na defesa do projeto profissional.

Como já explicitado acima, partimos do entendimento de que o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho. Este entendimento demarca o nosso posicionamento sobre os fundamentos do Serviço Social, o que pressupõe privilegiar a historicidade, não com o intuito de contar sua história, mas de apreender a profissão em seu próprio movimento de *vir-a-ser* cotidiano, em seu processo de transformação frente às mudanças históricas. Significa reconhecer que ela “[...] transforma-se e nega-se no movimento da história para re-nascer novo e superior, ainda que permanecendo o mesmo. O esforço é, pois, de apreender o Serviço Social em permanente *movimento de superação*, no sentido hegeliano de *Aufhebung* [...] (Iamamoto; Santos, 2021, pg. 30). Ou seja, nossa profissão só existe em condições e relações sociais historicamente determinadas.

Deste modo, para analisá-lo em seu próprio movimento e dentro do movimento da história, é preciso buscar os elementos que explicam as relações sociais de seu tempo. No caso do Serviço Social brasileiro apanhar os elementos e processos que estruturam os fundamentos da formação sócio-histórica latino-americana é crucial para entender os fundamentos do Serviço Social brasileiro. Logo, é necessário apanhar a particularidade da reprodução do capital no país, ou seja, o capitalismo dependente e sua relação com os elementos fundantes do colonialismo e suas implicações na reprodução das relações sociais. Como aponta Souza (2020) as transformações que culminam na “descoberta” da América, no colonialismo e por consequência no escravismo, fortalecendo o capital mercantil, uma vez que dão lugar aos processos de acumulação originárias do capital – logo, da pilhagem da riqueza da região e do escravismo colonial –, possibilitando por sua vez a Revolução Industrial e a consolidação da hegemonia burguesa.

Neste sentido, a América Latina desde a invasão desempenha uma função na totalidade de reprodução do capital, seja no período do colonialismo ou no imperialismo. O capitalismo na América Latina se desenvolveu dentro do contexto de expansão e evolução do capitalismo mundial, assumindo formas específicas sem negar, contudo, as leis gerais do capital (Bambirra, 1977; Marini, 2011). Ou seja, as economias dependentes, analisadas a partir da ótica da teoria social de Marx, se inscrevem no todo através da integração ao mercado mundial, o que acaba pondo em movimento leis específicas, em desdobramento às leis gerais. Fato que destaca



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

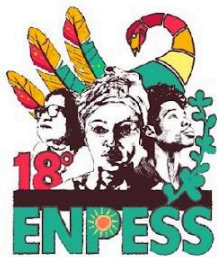
também a importância deste debate como estratégia para análise e melhor compreensão do método da teoria social de Marx.

Importante salientarmos que esse entendimento teórico-metodológico, que fundamenta o entendimento de Fundamentos apresentados aqui, nem sempre esteve presente na formação em Serviço Social, ele é resultado do processo de aproximação não só com a teoria social de Marx, mas, sobretudo da aproximação com as lutas e organizações e movimentos sociais que buscam a defesa dos interesses da classe trabalhadora, e que o Movimento de Renovação do Serviço Social é síntese (Iamamoto; Santos 2021; Netto, 2005).

Desse processo resulta a direção ético-política e teórico-metodológica hegemônica que sustentam a profissão, se materializando na Lei que Regulamenta a Profissão (1993), no Código de Ética (1933) e nas Diretrizes Curriculares (1996), que mencionamos no início do artigo como nosso ponto de partida. Os avanços e acúmulos da profissão desde então, toma como central o debate sobre os Fundamentos do Serviço Social inspirado na teoria social da tradição marxista, colocando a profissão como o objeto a ser analisado, mas não de uma forma endógena, e sim, articulado aos demais complexos que compõem a realidade.

Destaque aqui a importância da proposta teórico-metodológica construída nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social de 1996, que é resultado do acúmulo histórico descrito acima, uma vez que ele é instrumento fundamental e estruturante da formação profissional que nosso Projeto Ético-Político defende hegemonicamente. A própria lógica organizativa das Diretrizes, a despeito de ser muitas vezes tratada como uma tricotomia, considerando os núcleos independente uns dos outros, foi pensada incorporando elementos teórico-metodológicos da teoria social que nos inspira (Iamamoto, 2014).

Esse entendimento nos é muito caro, pois demonstra que a apreensão sobre os Fundamentos do Serviço Social só é possível se pensada em seus diferentes níveis de abstração, requisitando para isso uma abordagem teórica e formativa capaz de ultrapassar a lógica formal, buscando a análise dialética da realidade. Assim, decifrar os Fundamentos do Serviço Social requer a interpretação das relações sociais burguesas, que gerou a profissão (incluindo as formas de lutas e resistência da classe social a que pertencemos), e que nos coloca como o profissional que atende, simultaneamente, às demandas da classe que nos contrata e nos assalaria e às



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

demandas da classe a quem direcionamos nossos serviços, fazendo com que muitas vezes no cotidiano profissional essas demandas, ou a dimensão política (de disputa e contradição) fiquem camufladas.

Neste sentido, formar assistentes sociais em condições de atender ao perfil profissional almejado nas Diretrizes Curriculares de 1996 requisita uma instituição de ensino pública (para que seja para todos) e livre de interesses mercantis; laica; comprometida com a qualidade dos serviços prestados, com a criticidade (no sentido marxiano do termo). Contudo, a tendência colocada pelo capital caminha na direção oposta.

O interesse do capital é de que o trabalho deve ser cada vez mais *desespecializado*, desregulamentado, polivalente e multifuncional. Logo, para o mercado, a formação profissional ideal que vem sendo demandada é aligeirada e pragmática, portadora de valores individualistas e imediatistas. E para isso não há necessidade de vinculações teóricas de totalidade, ou que tratem da particularidade de uma determinada categoria profissional. A consequência desse processo é que a ausência de instrumentos (como um referencial teórico-metodológico e/ou um projeto profissional vinculado a projetos sociais críticos e progressistas) que nos possibilitem a leitura da realidade que desvenda a sociedade burguesa, impede ou dificulta uma intervenção profissional que se oriente para a ruptura com o conservadorismo da profissão. (Guerra, 2010; 2011).

Como afirmado por Netto (1996), ainda nos anos 1990, as transformações societárias e as mudanças no perfil socioeconômico e cultural (que não está necessária e diretamente relacionado à questão socioeconômica) do corpo discente e docente não afetam apenas o Serviço Social, mas ganham grande significação em nossa profissão, uma vez que nossa formação profissional exige uma maior qualificação cultural e intelectual resultante da própria consolidação do Serviço Social no espaço acadêmico (como já desenvolvido anteriormente). Fato que coloca uma importante contradição que não será fácil de resolver: como formar com a qualidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa necessária ao profissional em Serviço Social nas condições colocadas na atualidade?

Defender o direcionamento Ético-Político da profissão significa defender uma formação que assegure condições de trabalho para o corpo docente e de estudo e formação para discentes, portanto, defender uma Universidade pública, presencial, laica, de qualidade, socialmente



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

referenciada pela classe trabalhadora (e os corpos que a compõe) e, sobretudo, que tenha orçamento público capaz de manter não só o funcionamento, mas também esse direcionamento. E deste modo, assegurar que estar na Universidade pública não seja uma conquista individual, mas da classe como um todo, recuperando a ideia do público e do coletivo.

2- Impactos da contrarreforma da educação superior na UFES: entre avanços no acesso e a não permanência.

Os elementos que debatemos acima para tratar dos fundamentos do Serviço Social são também fundantes da educação superior no Brasil, onde o capitalismo dependente implicará em um padrão dependente de educação, em que a burguesia brasileira, ao longo da história, terá dificuldades em garantir até mesmo as reformas educacionais exigidas pelo capital, uma vez que para a reprodução do capital no país isso significaria um conjunto de avanços relativos, que não seriam interessantes para a classe dominante. Entretanto, a exigência de expansão do acesso à educação passou a ser uma necessidade do capitalismo (pela qualificação da força de trabalho ou pela difusão cultural hegemônica do capital) (Lima; Pereira, 2009).

Fernandes (1975) afirma que a disputa entre a burguesia que reivindicava a “modernização” da educação superior para atender às demandas do capital e a segmentos da classe trabalhadora, em particular professores e estudantes, que exigiam a destruição da monopolização das Universidades entrou para a pauta política nos anos 1960, quando a reforma Universitária passou a compor as “reformas de base”. É a partir dessa tensão que a burguesia toma para si a tarefa de conduzir o processo que o autor supracitado chamou de “reforma universitária consentida” – o “milagre educacional”, moldando a reforma universitária à sua feição.

Esse processo criou a ilusão no período da autocracia burguesa de “democratização do acesso”, ocultando que o processo ocorria de modo combinado com o aumento expressivo do setor privado na educação, sem, contudo, alterar o padrão dependente da educação superior, sufocando, assim, a rebeldia da juventude daquele período. Fernandes (1989) aponta que esses elementos não foram superados na Constituição de 1988, para ele, o caráter híbrido e ambíguo dela manteve a privatização do público e a distribuição do recurso público para o setor privado, traço amplamente utilizado na atualidade.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Lima; Pereira (2009) destacam que nos anos 1990, marcado pelo neoliberalismo, o processo de expansão do acesso, dentro do corpo da contrarreforma do Estado de FHC, ganha nova racionalidade através de dois mecanismos: a explosão do setor privado e a privatização interna das instituições de ensino. O profundo reordenamento interno das universidades públicas promovida neste período pode ser expresso em dois movimentos: a venda dos serviços educacionais e a ênfase na graduação, e que tem como resultado a identificação da educação superior como uma atividade pública não-estatal, portanto, um serviço prestado por instituições públicas e privadas, o que justificaria, segundo o governo, o financiamento público para as instituições privadas e o financiamento privado para as públicas.

Para as autoras o projeto que se consolida para a Universidade se articula em três núcleos básicos: a) a redução da Universidade a “escolas de terceiro grau”, com a desvinculação entre ensino, pesquisa e extensão; b) o estímulo à privatização interna das instituições públicas e à privatização via isenção fiscal ou no número de instituições de ensino privadas; c) o aprofundamento da precarização das condições salariais e de trabalho do corpo docente, estimulando a lógica produtivista e da competição pelas verbas dos órgãos de fomento⁷.

No Governo Lula o processo de reformulação da educação superior foi intenso, aprofundando a contrarreforma da educação do governo FHC, seja através de um conjunto de Medidas Provisórias, Projetos de Lei, Decretos, seja com a criação de programas como o PROUNI (Programa Universidade para Todos) e do REUNI⁸ (Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), estabelecendo como eixo articulador das ações a ampliação do acesso à educação superior sob novos patamares.

As autoras supracitadas afirmam que tais ações estão expandindo o acesso, por um lado, entretanto, elas também evidenciam que está em curso uma terceira fase do “milagre

⁷ Esse traço que se inicia neste período representou um impacto importante no processo organizativo da greve da educação em 2024, uma vez que professores e estudantes com pesquisa que receberam recursos desses editais tiveram complicações não só para manter-se em greve, bem como para ajustar os prazos nos novos calendários acadêmicos ou nos novos prazos feitos nos ajustes dos calendários que não foram alterados. A privatização e precarização do financiamento das pesquisas nas Universidades têm resultado em um processo de desmobilização político-organizativa e de fragmentação da categoria docente; e pode, em futuro breve, se consolidar como uma estratégia de despolitização.

⁸ O problema tem por objetivos: aumentar o número de estudantes de graduação nas universidades federais; aumentar o número de alunos por professor em cada sala de aula da graduação; diversificar as modalidades dos cursos de graduação, através da flexibilização dos currículos, da educação a distância, da criação dos cursos de curta duração, dos ciclos (básico e profissional) e bacharelados interdisciplinares; incentivar a criação de um novo sistema de títulos; elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90% e estimular a mobilidade estudantil entre as instituições de ensino.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

educacional”, caracterizado por alguns núcleos principais: 1) o fortalecimento do empresariado no setor; 2) a implementação das parcerias público-privadas; 3) a operacionalização dos contratos de gestão – eixos condutores da contrarreforma do Estado brasileiro; 4) a garantia de coesão social em torno das reformas propostas pelos organismos internacionais.

Este processo explicita bem como tem se dado o acesso à educação superior: o aligeiramento da formação profissional; aprofundamento da precarização do trabalho docente; abertura para a transformação das universidades federais em “escolões de terceiro grau”, destruindo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; contribuindo para o fim da autonomia universitária, via redução dos recursos ou estabelecimento de condicionalidades para acesso aos recursos.

Neste sentido, o processo de ampliação massiva do acesso à Universidade Pública, como parte do pacote de contrarreforma da Educação Superior, não viria acompanhado de estratégias de manutenção dos princípios pedagógicos necessários, bem como de políticas efetivas de permanência, uma vez que o objetivo de fato não é assegurar ao ingressante acesso à educação superior de qualidade, mas, apenas atender às demandas e interesses da reprodução do capital com a ampliação do acesso.

Com isso não queremos desqualificar a importância do acesso ao ensino superior, principalmente considerando que no Brasil os espaços universitários historicamente foram ocupados pela classe dominante. Apenas buscamos descrever o movimento do fenômeno analisado e ao mesmo tempo procuramos explicar por qual razão o acesso não vem acompanhado de políticas efetivas de permanência, como deveria ser.

Importante destacar que, nas últimas décadas, uma das primeiras ações com objetivos de assegurar a permanência foi criado em 2007, no mesmo período em que foi criado o REUNI, através da Portaria Normativa 39 do MEC, que criou o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), e tinha como estratégia o combate às desigualdades através da assistência estudantil, que era concebida como instrumento para ampliação e democratização das condições de acesso e permanência de estudantes. Dentre os serviços do programa constavam: moradia, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Os recursos estavam centralizados no MEC.

Em 2010 a portaria é transformada em Decreto Presidencial (Decreto 7.234), com um aumento expressivo de aporte de recursos, e uma diferença relevante em relação à portaria é que apesar de manter os critérios de seleção sob a orientação das instituições de ensino, o decreto determina qual o perfil de estudante que deve ser selecionado. Ou seja, na letra a autonomia universitária está assegurada, mas efetivamente, ao determinar especificamente os critérios extremamente rebaixados às ações de permanência, o princípio da autonomia está violado.

Como apontado acima, a assistência estudantil nas universidades não é projetada e executada para atender a totalidade das demandas apresentadas por seu público usuário, bem como é permeada pela distribuição desigual do financiamento público, o qual está muito aquém do orçamento necessário. Com isso, tende a ofertar ações de forma seletiva e focalizada, delimitada ao atendimento de determinados critérios, se aproximando da política de assistência social (Silva; Prudêncio, 2024).

Concordamos com Cislighi; Silva (2012) quando afirmam que é um equívoco tratar a política de assistência estudantil como parte da política de assistência social, uma vez que transforma a primeira em uma política de “combate à pobreza”, perdendo o caráter de direito à educação, como um direito universal, assegurados a todo o corpo discente das universidades. Silva e Prudêncio (2024, p. 181), fazendo analogia ao “Quarto de Despejo: diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus, afirmam que, a partir dos anos 2000, em especial o ano de 2012 com a promulgação da Lei de Cotas nº 12.711/2012, a população negra e mais empobrecida começou a ocupar a Universidade Pública Federal, mas sem dispor de políticas efetivas de permanência, criando os “quartos de despejos acadêmicos”.

Um aspecto das políticas sociais em geral e que se apresenta na política de assistência estudantil é o processo de *bolsificação*, quando a política social é transformada em um conjunto de auxílios financeiros, que geralmente são insuficientes não só para contemplar todo o corpo discente, bem como atender às necessidades individuais. Observando a política de assistência estudantil na UFES identificamos que essa realidade também se reproduz aqui. Por exemplo, o Auxílio Permanência Unificado (que passou por mudanças em 2022) tem o maior valor de R\$550,00, mas a quantidade de vagas por edital é extremamente ínfima. O edital mais recente para cadastro de novos assistidos dispõe de 5% de proporção para a faixa 1, ou seja, a disponibilidade de 7 vagas (UFES, 2024). Dessa maneira, os estudantes assistidos recebem



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

parcos recursos para atender as necessidades básicas da reprodução da vida- alimentação, moradia digna, saúde, lazer e entre outros.

Além da limitação dos valores transferidos ao corpo discente, ainda existem exigências, critérios e condicionalidades para a continuidade no Programa de Assistência Estudantil da UFES, o que implica na ausência da perspectiva de direito e exterioriza a disposição de valores neoliberais de alto desempenho e produtividade ainda que as determinações da realidade na vida dos estudantes sejam refletidas nesses resultados (Machado, 2016).

Analisando mais perto o corpo discente⁹ do curso de Serviço Social da UFES¹⁰ identificamos que 74,8% possuem idade entre 19 e 25 anos e apenas 14,6% estão acima de 31 anos. Para o quesito cor, raça e etnia, 26% se autoafirmaram pretos, 25,2% pardos e 48% brancos. E 80% são mulheres. No que tange à identidade de gênero, 92,7% se autodeclararam cisgênero e 7,3% como pessoas trans e travestis. Explicitando, assim, que a maior parte de estudantes do curso é de mulheres negras cisgênero. Analisando esse dado com a informações referentes ao cuidado, que na sociedade burguesa, é direcionada às mulheres, identificamos que 69,9% vivem com 2, 4 ou mais pessoas e 22% são responsáveis pelas tarefas de cuidados com outros sujeitos - idosos, crianças e pessoas analfabetas.

No que se refere à locomoção até o espaço de estudo, 86,1% relataram que utilizam o transporte público para se locomover até a Universidade, em que 44,7% consomem entre 2 e 3 horas no trajeto e 35,8% despendem 1 hora. Em relação à residência, evidenciamos que 29,3% residem no município de Vitória (capital do Estado e Campi em que se localiza o curso); 70,7% moram nas demais cidades da região metropolitana de Vitória.

Tratando das condições de trabalho¹¹, os resultados demonstraram que 88,9% desenvolvem atividades remuneradas que utilizam entre 20 e 30 horas semanais, sendo a maior parte em atividades informais ou bolsas. Já para as condições de estudos, 28,5% estudam menos de 1

⁹ Importante dizer que temos ciência de que para uma análise mais aprofundada e apropriada do processo de formação é necessário incluir também o mapeamento sobre o corpo docente e as suas condições de trabalho. Para este estudo não foi possível apresentar esse mapeamento, mas compreendemos que essa é uma mediação fundamental.

¹⁰ O mapeamento foi realizado pelo Colegiado do Curso de Serviço Social e o NDE (Núcleo Docente Estruturante) com todo o corpo discente do curso matriculados no semestre ou não, no semestre letivo de 2023/2, que naquele momento totalizavam 386 estudantes. Um questionário foi enviado por e-mail através do portal do aluno, com objetivo de mapear o perfil do corpo discente. 123 estudantes responderam ao formulário (cerca de 1/3 do universo).

¹¹ A enquete considerou trabalho um conjunto de atividades: atividades *freelancer*, bolsa de extensão, bolsa de pesquisa e outros tipos de bolsa.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

horas por dia e 52% estudam em média 1 a 3 horas diárias; destes, 5,4% estudam no ônibus e 59% estudam na residência. 33% participam de grupos de pesquisas, Iniciação Científica ou PET e 26% estão como bolsistas.

A enquete também buscou mapear se o corpo discente identificou, ou se tem laudo, para as questões envolvendo saúde mental, bem como questões que envolvem neurodivergência. Assim, aproximadamente 42% dos estudantes entrevistados declararam que não possuem neurodivergência e 50% afirmaram ter alguma, o TDAH e autismo foi identificado neste campo. 35,8% de estudantes disseram que fazem acompanhamento, dos quais 15,4% realizam com psicólogo e 15,4% são acompanhados por psicólogo, psiquiatra e fazem uso de medicação. Contudo, 64,2% descrevem que não o realizam. Insta destacar que a Universidade não possui nenhuma política específica para atender as demandas de saúde mental ou às especificidades de estudantes neurodivergentes, recaindo sobre professores e gestões dos cursos a condução dessas complexas questões.

Analisar os dados do perfil de estudantes do curso de Serviço Social da UFES, nos leva a concordar com Silva e Prudêncio (2024) no que tange à existência de um “quarto de despejo acadêmico”, uma vez que a maior parte do corpo discente é de jovens negras, que residem em cidades distantes do campus, são trabalhadoras em atividades informais, que possuem alguma deficiência e/ou neurodivergência e não acessam serviços de acompanhamento psicológico. Dentre eles, 85¹² são assistidos pelo PNAES, sendo a maioria as pessoas negras. E ainda que acessem os benefícios, vivenciam a insuficiência destes e encontram-se desassistidos em outros elementos do cotidiano, por exemplo, a inexistência da moradia universitária.

Torna-se interessante frisar a precariedade dessa política local no que se refere à oferta de alimentação pelo Restaurante Universitário (RU). Durante o recesso acadêmico de 2018, as instâncias deliberativas da universidade realizaram diversas sessões para encaminhar a proposta de aumento do valor das refeições servidas, em que passou de R\$1,50 para R\$5,00 no caso de estudantes e R\$9,50 para servidores, técnicos-administrativos, visitantes e pessoas não integrantes da comunidade acadêmica (Marinho, 2018). Estudantes acompanhados pelo PNAES

¹² Até o dia 07 de agosto de 2024 havia 85 estudantes do curso de Serviço Social que recebiam o Auxílio Unificado, em que 06 estão classificados na faixa 1 (R\$ 550,00 + Acesso Gratuito ao Restaurante Universitário + Empréstimo estendido de Livros); 39 na faixa 2 (R\$ 375,00 + Acesso Gratuito ao Restaurante Universitário + Empréstimo estendido de Livros) e 40 na faixa 3 (R\$ 200,00 + Acesso Gratuito ao Restaurante Universitário + Empréstimo estendido de Livros) e na faixa 04 (Acesso Gratuito ao Restaurante Universitário + Empréstimo estendido de Livros) não havia estudantes do curso cadastrados. Fonte: Edital 04/2004 disponível em: https://proaeci.ufes.br/sites/proaeci.ufes.br/files/field/anexo/edital_auditoria_no_04_2024_1.docx_0.pdf

possuem direito à isenção. Contudo, são oferecidas apenas refeições para almoço e jantar, sem a oferta de café da manhã, sucos e outros. Sendo assim, o RU tornou-se um dos restaurantes mais caros das universidades federais do país, sem a garantia de alimentação de qualidade e gratuita¹³.

Para finalizar, momentaneamente, o debate destacamos que tem havido uma diminuição no número de ingressantes no Serviço Social da UFES (2021: 90; 2022: 83), de um lado; acompanhado do aumento da evasão (em 2021: 68 evasões; 2022: 87) e do tempo médio de retenção (2021: 3,7 semestres; 2022: 4,1 semestres). Esses dados¹⁴ podem indicar o quanto a inefetividade das políticas de permanência tem impactado a permanência de estudantes no curso.

Insta ressaltar que essa não é uma realidade exclusiva da Universidade analisada, a pesquisa realizada pelo CFESS (2022) aponta que 25% do total de assistentes sociais inscritos e ativos nos CRESSs do Brasil foram formados nas instituições de ensino superior privada, na modalidade presencial. Dos 44.212 profissionais entrevistados, 23.417 concluíram a graduação em Serviço Social nas instituições privadas com fins lucrativos, o que corresponde a 52,97% da pesquisa, e apenas 8.237 profissionais acessaram o curso nas universidades públicas federais, sendo 18,63%.

Segundo o CFESS (2012), essa realidade traz inúmeras implicações para a formação e o trabalho profissional, uma vez que a ampliação da oferta do curso de Serviço Social atende as necessidades das políticas sociais e do mercado expandido; além de expressar o avanço da financeirização e da mercantilização da educação com o baixo custo no Ensino à Distância – EaD e em sua eminente abrangência e consolidação no que se tornou o mercado do ensino superior.

3- Considerações finais

Os elementos apresentados aqui estão não só na contramão daquilo que o Serviço Social defende em seu Projeto Ético-Político, como o tensionam, recuperando elementos já superados no Serviço Social, como o conservadorismo e a desprofissionalização. Nossa direção ídeo-política

¹³ No retorno da greve da educação de 2024 estudantes foram surpreendidos primeiro com o fechamento do Restaurante Universitário porque o contrato de terceirização não foi renovado; e na sequência porque o fornecimento de marmitas resultou na entrega de alimentação sem condições adequadas de consumo. A questão só foi resolvida com a greve discente.

¹⁴ Dados disponíveis na Plataforma InfoUfes.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

hegemônica entende a democratização da política social e garantia dos direitos da classe trabalhadora como mediação indispensável no caminho da construção de uma sociedade emancipada e emancipadora; bem como comprometida com a prestação de serviço de qualidade. Fato que demanda um profissional capaz de ler a realidade em sua dinamicidade, e ao mesmo tempo, ser capaz de fazer a crítica radical à sociedade, apresentando alternativas técnico-operativas e ético-políticas para as demandas que são colocadas em seu cotidiano, o que que demanda uma formação profissional qualificada.

Essa formação profissional requisita uma instituição de ensino que seja pública, com o mínimo possível de interferências do mercado, laica, crítica e comprometida não só com a qualidade, mas em atender também ao público principal que é a classe trabalhadora, uma vez que essa instituição deve ser também socialmente referenciada, o que significa que não só assegurar uma direção teórico-metodológica, mas, sobretudo, condições efetivas para que essa direção possa ser verdadeiramente apreendida e apropriada, pois não entendemos que não se trata apenas de assegurar que estudantes (jovens mulheres negras como aponta o mapeamento realizado) permaneçam na Universidade, mas que ao permanecer na Universidade, fazendo jus ao direito universal à educação, essa estudante possa também ter condições concretas de se tornarem assistentes sociais com o perfil definido nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996).

Iniciamos o artigo lembrando e saudando os 30 anos do Código de Ética e da Lei que Regulamenta o Serviço Social, no ano de 2023, e queremos encerrar (mesmo que provisoriamente) esse debate destacando que se a tendência que se apresenta na atualidade, no que se refere aos impactos das contrarreformas na educação superior, as tensões, que não são recentes, entre projetos profissionais e societários em disputa, aliada às transformações no mundo do trabalho, tenderão a se ampliarem, podendo colocar em xeque o direcionamento e o conteúdo desses dois instrumentos tão caros e importantes para nossa categoria profissional.

4- Referências

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BAMBIRRA, Vania. **Teoría de la dependencia**: una anticrítica. Cidade do México, 1977. Disponível em: [file:///C:/Users/monic/Downloads/V%C3%A2nia%20Bambirra%20-%20Teor%C3%ADa%20de%20a%20dependencia%201996%20Una%20anticr%C3%ADtica%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/monic/Downloads/V%C3%A2nia%20Bambirra%20-%20Teor%C3%ADa%20de%20a%20dependencia%201996%20Una%20anticr%C3%ADtica%20(2).pdf).

BRAZ, Marcelo. **Para crítica da crise**: diálogos com intelectuais e parlamentares da esquerda em Portugal. Editora Prismas: Curitiba, 2016.

CISLAGHI, Juliana Fiuza; DA SILVA, Mateus Thomaz. O Plano Nacional de Assistência Estudantil: Ampliação de Vagas X Garantia de Permanência. *Ser Social*, v. 14, n. 31, p. 473- 496, 2012.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Ensino Privado e desigualdade no acesso ao ensino superior. In: CFESS. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil**: formação, condições de trabalho e exercício profissional. ISBN 978-65-86322-06-4, p. 49-57. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf> Acesso em: 16 de agosto de 2024.

FERNANDES, Florestan. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

_____. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 104, p. 715-736, out./dez. 2010.

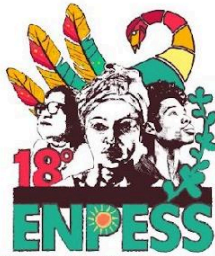
_____. O conhecimento crítico na reconstrução de demandas profissionais contemporâneas. In: ____ BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odaria. **A prática profissional do Assistente Social: teoria, ação, construção do conhecimento**. Vol. 01. São Paulo: Veras Editora, 2009, pg. 79 – 106.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 12ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

IAMAMOTO; Marilda Vilela; SANTOS, Cláudia Mônica dos. (Org.) **A história pelo avesso**: a reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.

LIMA, Kátia Regina de Souza; PEREIRA, Larissa Dahmer. Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social. In: **Sociedade em Debate**, Pelotas, 15(1): 31-50, jan.-jun./2009. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/358/315> . Acesso em: 13 de agosto de 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MACHADO, F. M. **O financiamento da assistência estudantil na Ufes no contexto de contrarreforma da educação superior.** 2016. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/items/bfc66b27-a9cb-4694-8fbf-d0bde69fa0a1> . Acesso em: 16 de agosto de 2024.

MARINHO, Thereza. **Refeição do Restaurante Universitário tem novo preço a partir de 5 de março.** Portal UFES, Vitória, 07 de março de 2018. Disponível em: <https://www.ufes.br/conteudo/refei%C3%A7%C3%A3o-do-restaurant-universit%C3%A1rio-tem-novo-pre%C3%A7o-partir-de-5-de-mar%C3%A7o> Acesso em: 16 de agosto de 2024.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra.** 2.ed. São Paulo: Expressão popular, 2011, p. 131-172.

NETTO, José Paulo. Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 50, 1996, p. 87-132.

UFES. Universidade Federal do Espírito Santo. Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assistência Estudantil. Diretoria de Assistência Estudantil. **Editai Nº 04/2024 - Propaes/Ufes.** Vitória, maio de 2024. Disponível em: https://proaeci.ufes.br/sites/proaeci.ufes.br/files/field/anexo/editai_auditoria_no_04_2024_1.docx_0.pdf. Acesso em: 14 de agosto de 2024.

SILVA, Simone; LEHER, Roberto. A austeridade comprometendo o futuro da universidade pública e sua função social. **Temporalis**, [S. l.], v. 24, n. 47, p. 15–34, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/44279> Acesso em: 15 de agosto de 2024.

SILVA, Gizele Marques; PRUDÊNCIO, Juliana Desiderio Lobo. “Quarto de despejo” acadêmico: assistência e permanência estudantis nas Universidades Públicas Federais. **Temporalis**, [S. l.], v. 24, n. 47, p. 172-188, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/44028> Acesso em: 15 de agosto de 2024.

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de. **Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente.** São Paulo: Hucitec, 2020.